


**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA COM RECORTE NO MUNICÍPIO DE SANANDUVA/RS**

**FAMILY FARMING AND RURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW
FOCUSING ON THE MUNICIPALITY OF SANANDUVA/RS**

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-032>

Submetido em: 14/05/2026 e Publicado em: 21/05/2026

Cleidi Lima Kuyava

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
E-mail: cleidi-kuyava@uergs.edu.br

Débora Helena Godinho Rocha

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
E-mail: debora-rocha@uergs.edu.br

Julia Roberta Zdunek

Graduanda em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
E-mail: julia-zdunek@uergs.edu.br

Pedro Henrique Sponga

Graduando em Agronomia
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
E-mail: pedro-sponga@uergs.edu.br

Equiton Lorengian Grégio

Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
E-mail: equiton-gregio@uergs.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil, articulando essa discussão com dados secundários oficiais do município de Sananduva/RS. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica de caráter descritivo e analítico, com base em artigos científicos indexados na base Scopus, utilizando descritores relacionados à agricultura familiar, estrutura fundiária e desenvolvimento rural, com estratégia de busca estruturada por operadores booleanos. Complementarmente, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para caracterização do contexto local. Os resultados evidenciam que a agricultura familiar desempenha papel relevante na produção de alimentos, na geração de trabalho e na dinâmica econômica dos territórios rurais, embora permaneça condicionada por limitações estruturais associadas ao acesso à terra, crédito, tecnologia,



assistência técnica e políticas públicas. No município analisado, observou-se a predominância de estabelecimentos familiares e a forte participação da atividade agropecuária na realidade local, especialmente em culturas temporárias, produção leiteira e outras atividades vinculadas ao meio rural. Conclui-se que a agricultura familiar constitui elemento central para o desenvolvimento rural, especialmente em municípios de base agropecuária, sendo necessária a adoção de políticas públicas mais inclusivas e integradas, capazes de fortalecer a permanência das famílias no campo, ampliar sua autonomia produtiva e promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Desenvolvimento rural; Sananduva/RS.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the relationship between family farming and rural development in Brazil, linking this discussion to official secondary data from the municipality of Sananduva, Rio Grande do Sul. The methodology adopted consisted of a descriptive and analytical literature review, based on scientific articles indexed in the Scopus database, using descriptors related to family farming, land tenure, and rural development, with a search strategy structured using Boolean operators. Additionally, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used to characterize the local context. The results show that family farming plays a significant role in food production, job creation, and the economic dynamics of rural areas, although it remains constrained by structural limitations related to access to land, credit, technology, technical assistance, and public policies. In the municipality analyzed, there was a predominance of family farms and a significant role played by agriculture and livestock in the local economy, particularly in seasonal crops, dairy production, and other activities linked to the rural sector. It is concluded that family farming is a central element for rural development, especially in agriculture-based municipalities, requiring the adoption of more inclusive and integrated public policies capable of strengthening families' continued presence in rural areas, expanding their productive autonomy, and promoting sustainable development.

Keywords: Family farming; Rural development; Sananduva - Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária brasileira é historicamente caracterizada pela elevada concentração de terras, resultado de processos que remontam ao período colonial, como a distribuição de sesmarias e a consolidação de grandes propriedades rurais. Esse padrão de ocupação do território influenciou profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e produtivas no meio rural, gerando desigualdades



persistentes no acesso à terra (Oliveira, 1987; Martins, 2003).

Conforme o IBGE, a dinâmica territorial brasileira foi historicamente condicionada por uma estrutura fundiária marcada por desigualdades persistentes, na qual o acesso à terra se relaciona diretamente com processos de estratificação social e de apropriação desigual dos recursos naturais (IBGE, 2020). A concentração da posse da terra permanece como um dos principais fatores associados às desigualdades sociais produtivas no meio rural brasileiro, influenciando diretamente as condições de desenvolvimento da agricultura familiar (Bueno; Stipp; Rodrigues, 2022).

Nesse contexto, a agricultura familiar surge como um dos principais pilares da produção de alimentos no Brasil, sendo responsável por significativa parcela do abastecimento interno e pela geração de empregos no campo. No entanto, sua permanência e desenvolvimento estão diretamente relacionados à forma como a terra está distribuída, evidenciando a estreita relação entre estrutura fundiária e desigualdade agrária (Schneider; Cassol, 2013; Wanderley, 2009).

Dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram a relevância estrutural da agricultura familiar no país, especialmente pela sua capacidade de absorção de mão de obra e de sustentação das economias locais. Segundo o IBGE, os estabelecimentos classificados como de agricultura familiar concentravam 10,1 milhões de pessoas ocupadas, correspondendo a cerca de 67% do total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, o que reforça seu papel social e econômico no meio rural brasileiro (IBGE, 2019). Além disso, o Atlas do Espaço Rural Brasileiro destaca que a agricultura familiar respondia, em 2017, por 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias, evidenciando sua centralidade para a reprodução social no campo (IBGE, 2020).

Diante desse contexto, coloca-se como problema de pesquisa: De que forma a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento rural no Brasil, e como essa relação se manifesta no município de Sananduva/RS?

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil, articulando essa discussão com dados secundários oficiais do município de Sananduva/RS.

Como objetivos específicos, busca-se: discutir o conceito de estrutura fundiária e sua formação histórica no Brasil; revisar a literatura sobre agricultura familiar e desigualdade no acesso à terra; identificar indicadores públicos que permitam caracterizar a realidade agrária de Sananduva/RS; e relacionar a discussão teórica nacional com o recorte local do município.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância da temática para a compreensão das desigualdades no meio rural brasileiro, bem como na importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional, a segurança alimentar e a sustentabilidade. A análise articulada entre teoria e realidade local permite compreender como os processos históricos e estruturais se manifestam em contextos específicos, contribuindo para reflexões sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento rural.



A pertinência dessa discussão também decorre do fato de que a estrutura fundiária não representa apenas uma variável econômica, mas um componente analítico fundamental para a compreensão das desigualdades territoriais, das formas de inserção produtiva e das possibilidades de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a leitura articulada entre concentração da terra e agricultura familiar permite compreender como diferentes arranjos agrários condicionam oportunidades de trabalho, renda e permanência das famílias no campo (IBGE, 2020; Oliveira; Filho, 2024).

Do ponto de vista teórico, autores como Oliveira (2007) e Martins (2003) destacam que a concentração fundiária está associada à exclusão social no campo e à limitação do acesso à terra. Nesse sentido, conforme discutido por Wanderley (2009), a agricultura familiar configura-se não apenas como uma unidade produtiva, mas como um modo de vida essencial para a reprodução social no meio rural, sendo diretamente influenciada pelas condições estruturais e históricas do território.

Ademais, a literatura recente reforça que a permanência da agricultura familiar no Brasil não depende apenas da posse da terra, mas também das condições de acesso a políticas públicas, infraestrutura, crédito, mercados e assistência técnica. Ainda assim, a distribuição desigual da terra permanece como condicionante estrutural, pois afeta diretamente a escala produtiva, a autonomia econômica e a capacidade de reprodução social das famílias rurais (IBGE, 2020; Schneider; Cassol, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A estrutura fundiária refere-se à forma como a terra está distribuída no meio rural, sendo historicamente marcada por desigualdades. Nesse contexto, observa-se que grandes propriedades concentram as áreas mais extensas e produtivas, enquanto parte significativa da população rural possui pouca ou nenhuma terra para garantir sua subsistência. Há ainda grupos que não dispõem de terras próprias nem de condições de arrendamento, tornando-se dependentes da venda de sua força de trabalho, muitas vezes em condições precárias (Carvalho, 2010). Segundo o autor, essa configuração reflete a própria estrutura social brasileira, caracterizada pela elevada concentração de renda e profundas desigualdades.

A estrutura fundiária brasileira tem suas origens no período colonial, sendo fortemente marcada pelo sistema de sesmarias, no qual grandes extensões de terra foram concedidas a poucos proprietários. Esse modelo favoreceu a formação de latifúndios e estabeleceu as bases de uma distribuição desigual da terra, característica que persiste ao longo da história do país (Oliveira, 1987). Como resultado, consolidou-se uma estrutura agrária marcada por desigualdades no acesso à terra, diretamente relacionadas à exclusão social no campo e aos desafios enfrentados pela agricultura familiar (Martins, 2003).

Nesse contexto, a agricultura familiar é caracterizada como um grupo social formado por pequenos produtores que utilizam predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades produtivas, produzindo tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização (Schneider; Cassol, 2013). No Brasil,



sua definição foi institucionalizada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece critérios como: área de até quatro módulos fiscais, predominância de mão de obra familiar, renda majoritariamente oriunda da propriedade e gestão realizada pela própria família (Brasil, 2006). Esse marco legal contribuiu para o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e como público prioritário de políticas públicas.

A agricultura familiar possui expressiva relevância econômica e social no país. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos familiares representam cerca de 77% do total, embora ocupe aproximadamente 23% da área destinada à agropecuária, evidenciando a concentração fundiária existente (IBGE, 2017). Ainda assim, esse segmento responde por parcela significativa da produção de alimentos e do valor bruto da produção agropecuária, contribuindo diretamente para o abastecimento interno e para a dinamização das economias locais.

A consolidação da agricultura familiar está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas específicas. Entre as principais iniciativas destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado na década de 1990, que oferece linhas de crédito diferenciadas para custeio e investimento. Além disso, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ampliam as oportunidades de comercialização, garantindo mercado institucional para a produção familiar. Tais políticas são fundamentais para reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento rural.

A relação entre estrutura fundiária e agricultura familiar evidencia que a concentração de terras constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento dos pequenos produtores. A desigual distribuição limita o acesso à terra, restringe a expansão das unidades produtivas e dificulta o acesso a recursos como crédito, tecnologia e mercados, comprometendo a competitividade desse segmento no meio rural.

A literatura recente aponta que a questão agrária brasileira não foi superada, mas reconfigurada ao longo do tempo. Mesmo com a modernização agrícola, persistem padrões históricos de desigualdade no acesso à terra, que impactam diretamente a autonomia e a capacidade produtiva dos agricultores familiares (Leite; Sauer, 2017; Navarro, 2019).

A análise da estrutura fundiária pode ser realizada por meio de indicadores que permitem mensurar o grau de concentração da terra. Entre os principais, destaca-se o Índice de Gini, que varia de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam maior concentração. No Brasil, esse índice permanece elevado, refletindo a persistência das desigualdades fundiárias (Albuquerque, 2024). Outro indicador relevante é a distribuição dos estabelecimentos por classes de tamanho, que demonstra que pequenas propriedades são maioria em número, mas ocupam menor parcela da área total, enquanto grandes propriedades concentram extensas áreas (IBGE, 2017).



Além da distribuição da terra, o modelo produtivo também influencia as dinâmicas do meio rural. O padrão agrícola baseado na Revolução Verde, caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, mecanização e monoculturas, tem contribuído para impactos ambientais e sociais, como degradação do solo e aprofundamento das desigualdades (Grégio *et al.*, 2025). Em contrapartida, sistemas baseados na agricultura familiar tendem a apresentar maior diversificação produtiva e potencial para práticas mais sustentáveis.

No município de Sananduva/RS, observa-se a predominância de estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte, nos quais a agricultura familiar desempenha papel central na produção agropecuária. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município possui cerca de 16 mil habitantes, evidenciando forte presença de atividades rurais (IBGE, 2022). Dados do Censo Agropecuário indicam a predominância de mão de obra familiar e a diversificação produtiva, com destaque para culturas como soja, milho e produção leiteira (IBGE, 2017).

Assim, mesmo em escala local, a organização produtiva reflete características da estrutura fundiária brasileira, evidenciando a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social. Em síntese, a estrutura fundiária, historicamente marcada pela concentração de terras, constitui elemento central para compreender as desigualdades no meio rural. A agricultura familiar, apesar de sua relevância, enfrenta limitações estruturais relacionadas ao acesso à terra, aos recursos produtivos e aos mercados. Dessa forma, a análise integrada desses fatores permite compreender as dinâmicas do espaço rural brasileiro, justificando a importância de estudos com recorte local, como o do município de Sananduva/RS.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com natureza descritiva e analítica, voltada à compreensão das relações entre estrutura fundiária e agricultura familiar no contexto brasileiro.

3.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi realizada com base em literatura científica disponível na base de dados Scopus, a partir de descritores relacionados ao tema do estudo. A estratégia de busca foi estruturada em três blocos principais: (i) termos referentes à agricultura familiar (“family farming” OR “family agriculture”); (ii) delimitação geográfica (“Brazil”); e (iii) termos associados à questão fundiária e ao desenvolvimento rural (“rural development” OR “agrarian structure” OR “land tenure”). Desse modo, foi mantido o seguinte mecanismo de pesquisa: ("family farming" OR "family agriculture") AND Brazil AND ("rural development" OR "agrarian structure" OR "land tenure").



A combinação desses termos permitiu abranger estudos relacionados à agricultura familiar, à estrutura fundiária e ao desenvolvimento rural no contexto brasileiro, fornecendo base teórica para a análise proposta.

A condução da revisão foi inspirada em etapas do protocolo PRISMA, especialmente no que se refere à definição prévia da estratégia de busca, à identificação dos estudos, à aplicação de critérios de seleção e à organização do processo de triagem das publicações. Contudo, não se trata de uma revisão sistemática completa, razão pela qual o protocolo não foi aplicado em sua integralidade, mas sim utilizado como referência metodológica para conferir maior rigor, transparência e reprodutibilidade ao levantamento bibliográfico.

Assim, a revisão caracteriza-se como bibliográfica, descritiva e analítica, com aproximação metodológica ao PRISMA, sem, contudo, esgotar todas as exigências formais de uma revisão sistemática estrita.

Quadro 01 – Síntese das etapas da revisão bibliográfica com base em critérios inspirados no protocolo PRISMA.

FASE	PROCEDIMENTO REALIZADO	RESULTADO/QUANTITATIVO
1. Identificação	Realização da busca inicial na base de dados Scopus, por meio da aplicação da string booleana e dos descritores previamente definidos para a revisão bibliográfica.	97 registros identificados.
2. Seleção (Screening)	Aplicação dos filtros iniciais, com recorte temporal (2016-2026), tipo de documento (artigos).	63 registros identificados.
3. Elegibilidade	Leitura de títulos, a fim de verificar a pertinência dos estudos em relação ao problema de pesquisa, com ênfase na agricultura familiar, estrutura fundiária e desenvolvimento rural no contexto brasileiro.	9 estudos avaliados quanto à elegibilidade.
4. Inclusão	Seleção final dos estudos que apresentaram aderência direta aos objetivos da pesquisa e contribuição teórica relevante para a construção da análise.	6 estudos incluídos na revisão.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em critérios de seleção inspirados no protocolo PRISMA.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS SECUNDÁRIOS

Para a contextualização empírica do município de Sananduva/RS, foram utilizados dados secundários provenientes de bases oficiais, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para o Censo Demográfico de 2022, o Censo Agropecuário de 2017 e a plataforma IBGE Cidades. Foram considerados indicadores relacionados à população, área territorial, número de



estabelecimentos agropecuários, área ocupada, atividades produtivas predominantes, uso da terra, assistência técnica, utilização de agrotóxicos, escolaridade dos produtores e participação da agricultura familiar.

Os dados foram organizados de forma descritiva, por meio de frequências absolutas, percentuais e interpretação comparativa com a literatura revisada. A análise buscou relacionar os indicadores locais com as discussões teóricas sobre estrutura fundiária, agricultura familiar, modernização agrícola e desenvolvimento rural. Ressalta-se que os dados utilizados são secundários e públicos, não envolvendo coleta direta com seres humanos, o que dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3.4 ÁREA DE ESTUDO

O recorte espacial da pesquisa corresponde ao município de Sananduva, localizado no estado do Rio Grande do Sul, selecionado por suas características relacionadas à agricultura familiar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRINCIPAIS ACHADOS DA REVISÃO DA LITERATURA

Quadro 02 – Síntese dos estudos selecionados na revisão bibliográfica

Autor/Ano	Objetivo do estudo	Síntese dos principais achados
Resende e Mafra (2016)	Investigar como o PRONAF é definido e avaliado pelo Estado brasileiro, problematizando a relação entre desenvolvimento rural e reconhecimento dos agricultores familiares.	O estudo conclui que a ampliação do crédito rural e a redistribuição de recursos não garantem, por si sós, reconhecimento social aos agricultores familiares. Identificaram-se desigualdades regionais na distribuição dos recursos, concentração em segmentos mais capitalizados e permanência de uma lógica produtivista, limitando o potencial transformador da política pública.
Silva e Nunes (2023)	Caracterizar os estabelecimentos de agricultura familiar associados a cooperativas no Brasil, com base no Censo Agropecuário de 2017.	O cooperativismo apresenta baixa adesão entre agricultores familiares brasileiros (10,6%), especialmente entre produtores de menor renda e menor escolaridade. Contudo, cooperados tendem a apresentar melhores condições de comercialização, maior geração de receita e maior acesso à assistência técnica, demonstrando o potencial estratégico da cooperação no fortalecimento da agricultura familiar.



Fuller et al. (2021)	Discutir a sustentabilidade das propriedades familiares em perspectiva histórica e comparada (América do Norte, Europa, China e Brasil).	As propriedades familiares permanecem relevantes globalmente devido à capacidade de adaptação, uso do trabalho familiar, pluriatividade e apoio estatal. A sustentabilidade depende de fatores econômicos, sociais e institucionais, não sendo automática ou homogênea.
Souza et al. (2024)	Delinear um framework de gestão de desempenho organizacional em assentamentos de reforma agrária, contribuindo para análise do desenvolvimento no meio rural.	O estudo identificou nove dimensões que estruturam o desempenho organizacional dos lotes de reforma agrária, com destaque para a pecuária como principal atividade associada à geração de renda. Os resultados indicam que o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos depende não apenas da produção, mas das condições estruturais e institucionais que garantem estabilidade e permanência das famílias no campo.
Soares Júnior et al. (2017)	Identificar as mudanças e resistências nas estruturas agrárias, nos sistemas agrícolas e em aspectos demográficos relacionados aos agricultores.	O estudo evidencia que a modernização agrícola no Paraná provocou redução no número de estabelecimentos rurais e diminuição da população do campo. Observou-se forte transformação na estrutura fundiária, com redução significativa das propriedades entre 20 e 50 hectares e manutenção da soja na concentração de terras nos estratos acima de 100 hectares. A expansão da soja e a integração aos complexos agroindustriais reforçaram a inserção produtiva das regiões analisadas, ao mesmo tempo em que exigiram adaptações da agricultura familiar permanece predominante em número de estabelecimentos, demonstrando capacidade de adaptação frente às transformações do modelo agrícola.
Nascimento et al. (2022)	Utilizar dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (de 2006 a 2015) para avaliar a evolução do número de produtores pertencentes à agricultura familiar no país.	O estudo demonstra que a redução do número de agricultores familiares nas estatísticas oficiais está associada, em parte, aos critérios da Lei da Agricultura Familiar, que passaram a restringir o enquadramento de famílias pluriativas. A pluriatividade, embora seja estratégia importante de reprodução social no campo, tornou-se fator potencial de exclusão da categoria formal de agricultura familiar. Verificou-se tendência de



		redução da agricultura familiar com produção comercial e crescimento expressivo das unidades voltadas exclusivamente ao autoconsumo. Além disso, observou-se crescente concentração da agricultura familiar em estabelecimentos de até 20 hectares, evidenciando limites estruturais relacionados ao tamanho da propriedade e à geração de renda. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e adequadas à heterogeneidade da agricultura familiar brasileira
--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base nos estudos selecionados na revisão bibliográfica: Resende e Mafra (2016), Silva e Nunes (2023), Fuller et al. (2021), Souza et al. (2024), Soares Júnior et al. (2017) e Nascimento et al. (2022).

A literatura demonstra que o fortalecimento da agricultura familiar não depende exclusivamente da ampliação de crédito rural ou da disponibilidade financeira estatal. Resende e Mafra (2016), ao analisarem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), observaram que políticas centradas apenas na redistribuição de recursos podem produzir resultados econômicos parciais, sem necessariamente promover reconhecimento social, autonomia produtiva ou valorização das especificidades dos agricultores familiares. Tal constatação amplia a compreensão do desenvolvimento rural, que deve incorporar dimensões sociais, territoriais e institucionais.

Outro aspecto relevante apontado pelos autores refere-se às desigualdades internas de acesso às políticas públicas. O estudo identificou concentração regional dos financiamentos, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, além de maior inserção de produtores já estruturados economicamente. Esse cenário sugere que instrumentos públicos, quando não acompanhados de critérios distributivos equitativos e assistência técnica adequada, tendem a reproduzir assimetrias históricas do espaço rural brasileiro. Para municípios com base agrícola familiar, como Sananduva/RS, essa discussão é particularmente pertinente, pois evidencia a necessidade de políticas voltadas à inclusão produtiva e à permanência das famílias no campo.

Outro eixo relevante identificado na literatura refere-se ao papel do cooperativismo como mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar. Silva e Nunes (2023), ao analisarem os dados do Censo Agropecuário de 2017, verificaram que apenas 10,6% dos estabelecimentos familiares brasileiros participavam de cooperativas, percentual ainda menor nas regiões Norte e Nordeste. Os autores associam essa baixa adesão a fatores estruturais como menor escolaridade, baixa renda, reduzido tamanho das propriedades e limitações históricas de acesso a meios de produção e organização coletiva.

Apesar da baixa participação, os resultados indicam que os agricultores familiares cooperados tendem a apresentar melhores indicadores econômicos e produtivos. Entre os benefícios observados



destacam-se maior inserção comercial, maior percentual de estabelecimentos com receita, ampliação do acesso ao crédito e à assistência técnica, além de melhores condições de agregação de valor à produção. Esses achados sugerem que estratégias coletivas podem reduzir vulnerabilidades típicas da pequena produção rural, sendo particularmente relevantes para municípios como Sananduva/RS, cuja dinâmica econômica depende fortemente da agricultura familiar e da capacidade de permanência das famílias no campo.

Outro achado relevante da literatura refere-se à permanência histórica das propriedades familiares como forma dominante de organização agrícola em diferentes países. Fuller et al. (2021), ao analisarem experiências da América do Norte, Europa, Brasil e China, argumentam que as unidades familiares demonstraram elevada capacidade de adaptação frente às transformações do capitalismo agrário, modernização tecnológica e mudanças nas políticas públicas. Mesmo diante da expansão de grandes empreendimentos agroindustriais, a agricultura familiar segue ocupando espaço estratégico na produção de alimentos e na manutenção da vida rural.

Fuller et al. (2021), também destacam que a sustentabilidade dessas propriedades não decorre apenas do vínculo familiar com a terra, mas da combinação entre trabalho familiar, sucessão geracional, diversificação produtiva, pluriatividade e apoio institucional do Estado. Em áreas rurais marcadas por pequenas propriedades, como ocorre em diversos municípios do Rio Grande do Sul, esses fatores tornam-se centrais para compreender por que algumas famílias permanecem no campo enquanto outras abandonam a atividade agrícola.

Além disso, Fuller et al. (2021) reforçam que a agricultura familiar não constitui modelo homogêneo. Existem diferenças relevantes quanto ao nível tecnológico, inserção mercantil, renda e acesso a políticas públicas. Tal constatação é importante para análises locais, pois permite compreender que o êxodo rural não resulta apenas da redução populacional, mas também das desigualdades internas existentes entre os próprios agricultores familiares.

Segundo Souza et al. (2024), os lotes resultantes da reforma agrária configuram-se como unidades produtivas vinculadas à agricultura familiar, desempenhando papéis estratégicos na reorganização da estrutura fundiária e na promoção do desenvolvimento rural, o PNRA tem como objetivo ampliar o acesso à terra e reduzir a histórica concentração fundiária no país.

Os autores ainda destacam, em um mesmo contexto que a criação dos assentamentos rurais, representam não apenas uma política para redistribuição de terras, mas também uma tentativa de fortalecimento da agricultura familiar como um modelo produtivo, contudo, o desempenho desses assentamentos está diretamente relacionado ao acesso a crédito e assistência técnica. É proposto pelos autores uma abordagem de avaliação de desempenho organizacional desses lotes, evidenciando que muitos assentamentos enfrentam limitações estruturais que comprometem sua produção e economia, com essa



análise permite compreender, de maneira mais aprofundada, a relação entre estrutura fundiária e agricultura familiar, destacando que a redistribuição de terras, por si só, não garante o desenvolvimento rural, sendo necessário o fortalecimento de políticas complementares (Souza et al., 2024).

Para Soares Júnior et al. (2017), a modernização da agricultura, intensificou a partir da revolução verde, promoveu ganhos expressivos de produtividade e inseriu o país de forma competitiva no mercado internacional de commodities. No entanto, esse processo ocorreu no modo conservador, incorporando tecnologias, aumentando a produção, mas sem nenhuma alteração na estrutura fundiária, mantendo elevados níveis de concentração de terras e desigualdades no meio rural.

Com a expansão das monoculturas como a soja e em mudanças demográficas, como o êxodo rural e o envelhecimento da população do campo, essas transformações resultaram na redução de unidades de produção de médio porte, especialmente as fundamentais para a agricultura familiar. Mas ainda assim, a agricultura familiar persiste como um componente fundamental no espaço rural, embora enfrente tais limitações como estruturais e econômicas que dificultam sua produção e sustentabilidade diante dos modelos agrícolas dominantes (Soares Júnior et al., 2017).

Como destaca Nascimento et al. (2022), a agricultura familiar continua ocupando uma relevante posição na cadeia produtiva do meio rural, mesmo com decorrentes mudanças tanto sociais quanto econômicas. Os autores apontam que a redução no número de estabelecimentos familiares em levantamentos oficiais, não representam necessariamente um enfraquecimento no setor, mas também está associada às mudanças nos critérios de avaliação definidos ainda na Lei da Agricultura Familiar de 2006, que considera agricultura familiar a propriedade de até 4 módulos fiscais, mão de obra totalmente familiar, renda originada das atividades do próprio estabelecimento e a gestão das atividades ser familiar.

O artigo ainda destaca que a pluriatividade se tornou estratégia recorrente entre as famílias, para garantir a renda e conseqüentemente a sua permanência no campo. Evidenciando os desafios que os pequenos produtores enfrentam, com limitações produtivas e estruturais. Reforçando a ideia de políticas públicas adequadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável dessas pequenas propriedades (Nascimento et al., 2022).

4.2 INDICADORES PÚBLICOS E CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DE SANANDUVA/RS

O município de Sananduva, está localizado no Norte do estado do Rio Grande do Sul, possui área territorial de 504,499 km² (IBGE, 2025). No último censo realizado em 2022, a população era estimada em 16.770 pessoas. O IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) que mede a qualidade de vida nos municípios é consideravelmente alto, 0,747 (IBGE, 2010). O PIB per capita em 2023 era de R\$53.537,23.



O censo agropecuário realizado em 2017, demonstra que o município possui 1.338 estabelecimentos rurais, abrangendo uma área média de 30,08 hectares por propriedade, totalizando aproximadamente 40.255 hectares de produção. A estrutura produtiva é predominantemente voltada à lavoura temporária, que representa cerca de 66,97% das atividades econômicas, seguida pela pecuária com 30,57%. As demais atividades possuem menor representatividade, como produção florestal (1,19%), horticultura e floricultura (0,59%), lavouras permanentes (0,44%), aquicultura (0,14%) e a produção de sementes e mudas (0,07%). A lavoura ocupa aproximadamente 69,42% do uso das terras, enquanto as pastagens correspondem a 8,47%. Entre as principais commodities agrícolas produzidas destacam-se soja, com rendimento médio de 3.638 kg/ha, milho com 8.345 kg/ha e trigo com 3.183 kg/ha, além de culturas como mandioca (15.043 kg/ha), arroz (4.089 kg/ha) e cana de açúcar (20.307 kg/ha).

Na pecuária, observa-se relevância tanto na produção de leite, presente em 53,58% dos estabelecimentos com bovinos, quanto na produção de corte, com 22,12%. A avicultura também se destaca, especialmente na produção de ovos, presente em 69,58% das propriedades com aves. O município apresenta ainda alta adesão ao uso de tecnologias, com 96,56% dos estabelecimentos utilizando agrotóxicos e 73,24% contanto com assistência técnica, enquanto irrigação ainda é pouco utilizada, presente apenas em 3,13% das propriedades.

Destaca-se também a forte presença da agricultura familiar, que representa 91,33% dos estabelecimentos, além de um perfil de produtores com menor nível de escolaridade formal, onde 70,02% possuem até o ensino fundamental. Esses dados evidenciam a importância da agricultura no município, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

No que se refere à estrutura fundiária, os dados indicam a predominância de pequenas propriedades rurais no município, evidenciada pelo elevado percentual de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar (91,33%). Esse dado sugere uma configuração agrária distinta do padrão nacional altamente concentrado, embora não elimine a existência de desigualdades na distribuição da terra. A área média de 30,08 hectares por estabelecimento reforça a predominância de unidades produtivas de pequeno e médio porte, típicas de regiões com forte presença da agricultura familiar.

Ainda assim, é importante considerar que a predominância numérica de pequenas propriedades não implica, necessariamente, uma distribuição equitativa da terra em termos de área total. Conforme apontado pelo IBGE (2017), é comum que pequenas propriedades sejam maioria em número, mas ocupem menor proporção da área, enquanto propriedades maiores concentram extensões territoriais mais significativas. Dessa forma, mesmo em municípios como Sananduva/RS, torna-se necessário analisar a estrutura fundiária de forma crítica, considerando não apenas o número de estabelecimentos, mas também a distribuição da área e o acesso aos recursos produtivos.



4.3 CONFRONTO ANALÍTICO ENTRE A LITERATURA E A REALIDADE DE SANANDUVA/RS

A análise comparativa entre os achados da literatura e os dados empíricos do município de Sananduva/RS evidencia convergências importantes, mas também especificidades locais. Em nível nacional, a literatura aponta a persistência da concentração fundiária como um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar, associada a desigualdades no acesso à terra, ao crédito e às políticas públicas (Leite; Sauer, 2017; Navarro, 2019). No entanto, no contexto local analisado, observa-se a predominância numérica de estabelecimentos familiares, indicando uma estrutura produtiva mais descentralizada em termos de número de propriedades.

Apesar dessa predominância, os dados indicam que a agricultura familiar em Sananduva/RS enfrenta desafios semelhantes aos descritos na literatura, especialmente no que se refere à dependência de políticas públicas, ao acesso à assistência técnica e à necessidade de inserção em mercados competitivos. A elevada utilização de insumos químicos (96,56%) e a baixa adoção de irrigação (3,13%) revelam um modelo produtivo parcialmente modernizado, mas ainda com limitações tecnológicas e estruturais.

Outro ponto de convergência refere-se à importância das estratégias de reprodução social das famílias rurais, como a diversificação produtiva e a pluriatividade, aspectos amplamente discutidos por Fuller et al. (2021) e Nascimento et al. (2022). Essas estratégias são fundamentais para garantir a permanência no campo, especialmente em contextos de pequenas propriedades, como ocorre no município analisado.

Dessa forma, conclui-se que, embora Sananduva/RS apresente características que indicam forte presença da agricultura familiar, sua dinâmica rural não está dissociada das limitações estruturais observadas em nível nacional. A análise evidencia que a estrutura fundiária, mesmo em contextos menos concentrados, continua sendo um fator determinante para o desenvolvimento rural, condicionando oportunidades produtivas, acesso a recursos e a permanência das famílias no campo.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre estrutura fundiária e agricultura familiar no Brasil, articulando essa discussão com dados empíricos do município de Sananduva/RS. A partir da revisão bibliográfica, verificou-se que a estrutura fundiária brasileira permanece marcada por elevados níveis de concentração, configurando um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Os resultados evidenciam que, embora a agricultura familiar desempenhe papel fundamental na produção de alimentos e na geração de emprego no meio rural, sua consolidação depende de fatores que vão além do acesso à terra, incluindo políticas públicas, assistência técnica, crédito e inserção em mercados.



A literatura demonstra que a permanência das famílias no campo está diretamente relacionada à capacidade de adaptação às transformações econômicas e produtivas.

No contexto de Sananduva/RS, observou-se a predominância de estabelecimentos familiares, indicando uma estrutura produtiva baseada em pequenas e médias propriedades. No entanto, os dados também revelam desafios estruturais, como a dependência de insumos externos e limitações tecnológicas, que impactam a sustentabilidade da produção.

Como contribuição, o estudo evidencia a importância de análises que integrem abordagens teóricas e dados locais, permitindo compreender como as dinâmicas estruturais se manifestam em contextos específicos. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise da distribuição da terra em termos de área, bem como investiguem o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural sustentável em municípios de base agrícola familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, 2 e 3; v. 29, n. 1, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 13 maio 2026.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 99-134, jul./set. 1987. DOI: 10.1590/0101-31571987-3099.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 12 maio 2026.

BUENO, Victória Jandira; STIPP, Carla Maria Freres; RODRIGUES, Leonardo. Agricultura familiar: uma proposta viável considerando o contexto da estrutura fundiária brasileira. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.8, 2022. DOI: 10.5433/got.2022.v8.46737

CARVALHO, Livia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDEAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 395-428, jul. /dez. 2010. Disponível em: <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/50/50>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 16-25, jul./dez. 2008. DOI: 10.47946/rnera.v0i13.1387.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Agricultura familiar: sobre o tema**. Brasília, DF: Embrapa, [s. d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 25 mar. 2026.



FERNANDES, Bernardo Maçano. A questão fundiária do mundo agrário e urbano atual. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 171-174, jul./set. 2016. DOI: 10.1590/1414-49802016.00200001

GRÉGIO, E. L. et al. Agroecologia e pensamento complexo: uma análise teórica e empírica na região de Sananduva-RS. In: Meio ambiente: estudos interdisciplinares. [S.l.]: Aurum, 2025. cap. 4. DOI: 10.63330/aurumpub.017-004.

FULLER, Anthony M.; XU, Siyuan; SUTHERLAND, Lee-Ann; ESCHER, Fabiano. Land to the Tiller: The Sustainability of Family Farms. **Sustainability**, v. 13, n. 20, 11452, 2021. DOI: 10.3390/su132011452.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <https://share.google/F9TEww08OIW89H94M>. Acesso em: 13 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73096&view=detalhes>. Acesso em: 12 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sananduva (RS)**. IBGE Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sananduva/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 5 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

MARTINS, José de Souza. Agricultura familiar e desenvolvimento rural. **Revista ESA**, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/234/230/597>. Acesso em: 25 mar. 2026.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, e240128, 2022. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.240128.

NAVARRO, Zander. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 472-489, 2019. DOI: 10.1590/1806-9479.2019.219449.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento rural e reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. DOI: 10.1590/1234.56781806-947900540204.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.258.



SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago: Rimisp – Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural, 2013. (Série Documentos de Trabalho, n. 145). Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1434745041145AgriculturaFamiliarBrasilShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e252661, 2023. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.252661.

SOARES JÚNIOR, Dimas; PÉDELAHORE, Philippe; RALISCH, Ricardo; CIALDELLA, Nathalie. Recent changes in agrarian systems of the Microregion of Toledo and Northern Pioneer Territory in Paraná State, Brazil. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 38, n. 2, p. 699-714, mar./abr. 2017. DOI: 10.5433/1679-0359.2017v38n2p699.

SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de; DURANTE, Luciane Cleonice; VENERE, Paulo Cesar. Gestão do desempenho organizacional em lotes da reforma agrária no Brasil: proposta de framework de avaliação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 20, n. 3, p. 143-162, set./dez. 2024. DOI: 10.54399/rbgdr.v20i3.6832.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232612>. Acesso em: 25 mar. 2026.